



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

DIVISÃO DE APOIO ÀS COMISSÕES	
COMISSÃO DE ÉTICA, SOCIEDADE E CULTURA	
CESC	
Nº ÚNICO	377616
SAÍDA Nº	487
DATA	10 / 11 / 2010

COMISSÃO DE ÉTICA, SOCIEDADE E CULTURA

EXCELENTÍSSIMO SENHOR
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Nº 487/13ª/CESC/2010

Nos termos do n.º 8 do artigo 17.º da Lei n.º 43/90, de 10 de Agosto, com as alterações introduzidas pelas Leis n.ºs 6/93, de 1 de Março, 15/2003, de 4 de Junho, e 45/2007, de 24 de Agosto, junto tenho a honra de remeter a Vossa Excelência o **Relatório Final** referente à **Petição nº 82/XI/1ª**, subscrita por Mariana Galindo, "*Solicitam que o encerramento para obras da Biblioteca Nacional de Portugal seja adiado, de modo a que o aviso desse encerramento seja feito com pelo menos um ano de antecedência, para permitir planear o trabalho das várias partes envolvidas (Universidades, instituições de financiamento, estudantes, investigadores)*", cujo parecer foi aprovado **por unanimidade** na reunião da Comissão de **10 de Novembro de 2010**.

Solicita-se ainda a Vossa Excelência, nos termos do n.º 2 do artigo 19.º da Lei do Exercício do Direito de Petição, sejam promovidas as diligências necessárias ao cumprimento do ponto 5 do parecer, no que toca aos membros do Governo referidos, sendo que esta Comissão já lhe deu cumprimento no que toca aos peticionários.

Com os melhores cumprimentos, *e elevada consideração*

Assembleia da República, 10 de Novembro de 2010

O PRESIDENTE DA COMISSÃO,


(Luís Marques Guedes)



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
RELATÓRIO

PETIÇÃO N.º 82/XI/1ª

Assunto: *Solicitam que o encerramento para obras da Biblioteca Nacional de Portugal seja adiado, de modo a que o aviso desse encerramento seja feito com pelo menos um ano de antecedência, para permitir planear o trabalho das várias partes envolvidas (Universidades, instituições de financiamento, estudantes, investigadores).*

1.ª Signatária da Petição: *Mariana Galindo*

I. Considerandos

A presente petição foi entregue ao Senhor Presidente da Assembleia da República no dia 8 de Julho de 2010 e foi remetida à Comissão de Ética, Sociedade e Cultura em 15 de Julho, para apreciação.

A referida petição foi numerada com o n.º 82/XI/Iª, e é subscrita por um total de 3568 cidadãos.

A presente petição foi elaborada nos termos do artigo 52.º da Constituição da República Portuguesa e do artigo 232.º do Regimento da Assembleia da República e respeita os requisitos formais e de tramitação constantes dos artigos 9.º e 17.º da Lei n.º 43/90, de 10 de Agosto, na redacção que lhe foi conferida pelas Leis n.º 9/93, de 1 de Março, n.º 15/2003, de 4 de Junho e 45/2007, de 24 de Agosto (Lei de Exercício do Direito de Petição), razão pela qual foi correctamente admitida.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Em função do número de assinaturas contidas na presente petição esta deverá ser publicada na íntegra no Diário da Assembleia da República, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 26.º da LDP, bem como se procedeu a audição obrigatória dos primeiros peticionários em cumprimento do n.º 1 do artigo 21.º da LDP.

É o seguinte o teor da Petição:

“No passado dia 8 de Junho de 2010 a direcção da Biblioteca Nacional de Portugal [BNP] anunciou que os serviços de Leitura Geral da Biblioteca encerrarão durante dez meses (de 15-11-2010 a 01-09-2011) e os Reservados durante cinco meses (01-04-2011 a 01-09-2011). Como cidadãos e utilizadores da BNP, embora conscientes das inequívocas vantagens inerentes à ampliação do edifício de depósitos da biblioteca, consideramos o planeamento dos trabalhos estipulado inaceitável e solicitamos que seja repensado.

O encerramento durante quase um ano de uma instituição que detém coleções sem alternativas (Secção de Reservados, espólios do Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea, Secção de Periódicos por exemplo) é incompatível com o prosseguimento da actividade científica de largas dezenas de estudantes e investigadores que necessitam desse material.

A indisponibilização dos acervos da BNP comprometerá a viabilização de projectos em curso, muitos deles com financiamento do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior ou de outras instituições, e porá em causa o cumprimento de calendários e compromissos académicos estabelecidos. O encerramento de uma instituição como a Biblioteca Nacional teria, no mínimo, que ser publicamente comunicado com um ano de antecedência para que as várias partes envolvidas (universidades, instituições de financiamento, estudantes, investigadores) pudessem planear o seu trabalho em função desses dados. É inadmissível que uma determinação deste género seja comunicada apenas com cinco meses de antecedência.

Por outro lado, acreditamos que seja possível levar a cabo os trabalhos de transferência dos fundos de forma faseada, de modo a evitar um encerramento integral tão longo. Independentemente de existirem outras bibliotecas com Depósito Legal, é do conhecimento geral que para uma parte substancial do acervo bibliográfico e documental da BNP não existem alternativas nem em Lisboa nem em nenhuma outra biblioteca ou arquivo do país. Pelo que é absolutamente incompreensível que se proponha que este acervo único permaneça inacessível durante 10 meses.

Solicitamos pois que se proceda a uma reconsideração do plano de transferência, no sentido de:



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

- 1) *se atrasar o encerramento da BNP para depois de Junho de 2011, para dar um mínimo de um ano de antecedência ao anúncio*
- 2) *fasear os trabalhos de modo a reduzir o tempo de encerramento integral dos referidos núcleos da BNP.*

Considerando a pretensão dos peticionários, a Comissão de Ética, Sociedade e Cultura solicitou, por ofício, informações adicionais ao Ministério da Cultura, tendo recebido resposta com o seguinte teor:

“ 1. Ponto prévio: Sobre os fundamentos da Petição

Neste ponto prévio, compete clarificar um conjunto de omissões, imprecisões e pressupostos incorrectos que estão patentes no texto que precede a Petição e nos quais os peticionários a fundamentam.

A obra de ampliação, iniciada em 2008, está em fase de acabamento e nunca afectou, nem vai afectar, nenhum serviço de acesso público da BNP.

1.2. Clarificação sobre os trabalhos que justificara o tempo de encerramento

As verdadeiras razões que explicam a necessidade de ter as colecções indisponíveis pelo período anunciado radicam nas exigências dos trabalhos da fase de Remodelação da Torre de Depósitos existente. Essas exigências - designadamente o facto de serem obras que só se podem realizar com os pisos completamente devolutos - assim como os objectivos, metodologia, tempos de execução e descrição de todos os trabalhos inerentes à remodelação, encontram-se detalhadamente descritos nos textos produzidos pela BNP "Perguntas Frequentes" e "Esclarecimento Adicional", amplamente difundidos. Essas explicações, que justificam o período de encerramento, são ignoradas no texto da Petição.

Com base na premissa errónea de que se trata de uma "transferência", os peticionários dizem acreditar "que seja possível levar a cabo os trabalhos de transferência dos fundos de forma faseada, de modo a evitar um encerramento integral tão longo".

Por partirem da premissa errada de que se trata de uma "transferência", o juízo dos peticionários sobre a duração do encerramento, face aos trabalhos a realizar, é vago e revela desconhecimento do processo em causa.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

1.3. Clarificação sobre as alternativas à BNP

Os petiçãoários referem "que para uma parte substancial do acervo bibliográfico e documental da BNP não existem alternativas nem em Lisboa nem em nenhuma outra biblioteca ou arquivo do país", considerando as coleções da BNP um "acervo único".

Neste aspecto, é essencial clarificar que o acervo que ficará indisponível por 9 meses e meio é o Fundo Geral da BNP, constituído por publicações impressas, tanto de bibliografia antiga como de depósito legal. A BNP só é insubstituível numa parcela reduzida, no que respeita a obras impressas raras, que se encontram, essencialmente, na coleção de Reservados.

No que respeita ao livro impresso antigo, e também dos séculos XIX e XX, existe uma larga diversidade de instituições com importantes coleções, quer na área de Lisboa quer fora dela. Embora não exista outra coleção tão extensa como a da BNP, nem a BNP é única nem detém todas as obras, havendo mesmo exemplares que só existem noutras bibliotecas.

Só não existe alternativa no que respeita a manuscritos, existentes nas coleções de Reservados, o que inclui o Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea (ACPC). Dos impressos portugueses, apenas os extremamente raros têm a grande probabilidade de não existir noutra local. Mas de muitos deles, aliás como de muitos dos mais importantes manuscritos e espólios, existem cópias na Biblioteca Nacional Digital (<http://purl.pt>) ou em microfílm, que continuarão acessíveis durante o encerramento de serviços de leitura.

No que respeita a obras mais recentes, refira-se que de todas as obras publicadas em Portugal e recebidas na BNP por depósito legal, existem exemplares que, desde há décadas, são entregues pela BNP num conjunto de instituições beneficiárias do depósito legal em diversos locais do continente e nas regiões autónomas.

1.4. Clarificação sobre a antecedência do anúncio do encerramento

A Obra de Ampliação e Remodelação da Torre de Depósitos da BNP foi consignada em Outubro de 2008. Em Novembro de 2009, estava ainda por completar a estrutura da zona de ampliação e seguia, a meio de execução, o trabalho de alvenaria de tijolo. Ou seja, encontrava-se sensivelmente a 50% de execução a obra de ampliação, o que tornava prematuro qualquer anúncio da previsão de passagem à fase de Remodelação.

Face à evolução da obra, no primeiro semestre de 2010 negociou-se com a empresa adjudicatária o calendário de entrega e recepção dos pisos a remodelar e estudaram-se as várias hipóteses de operações



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

logísticas, que cabem à BNP, relativas à movimentação das coleções, o que ficou concluído no final de Maio.

O anúncio foi publicado a 8 de Junho, o que significa: (i) mais de cinco meses de antecedência, relativamente ao fecho da Sala de Leitura Geral; e (ii) dez meses de antecedência relativamente ao fecho da Sala de Reservados, que encerra apenas por cinco meses.

Essa antecedência possibilita aos leitores planear antecipadamente e executar as suas actividades mais urgentes relacionadas com essas coleções, e/ou apresentar à BNP casos concretos de necessidades não passíveis de ser supridas nesses prazos, designadamente face a teses e projectos com financiamento, de forma a procurarem-se soluções.

Alguns investigadores solicitaram pessoalmente mais esclarecimentos, que lhes foram prestados, mas não se tratava de teses ou projectos com prazos. Apenas foram apresentadas à BNP dois protestos escritos sobre o fecho do serviço de leitura, que foram atempadamente respondidas. Nenhuma delas, contudo, apresentava uma necessidade ou dificuldade concreta a ser resolvida.

O aviso público, renovado e acrescentado com informações adicionais (em 15.06, 25.06 e 30.07) e notas à Comunicação Social (de 11.06, 25.06 e 02.08), constitui apenas a primeira iniciativa destinada a alertar os leitores.

Desde então a BNP tem desenvolvido um alargado conjunto de diligências em articulação com universidades, bibliotecas e instituições culturais e científicas no sentido de minimizar os problemas advenientes do encerramento temporário da Sala de Leitura Geral, conforme se explica no ponto 3.

2. Solicitações apresentadas na Petição

A Petição solicita "uma reconsideração do plano de transferência", no sentido de:

- (i) se atrasar o encerramento da BNP para depois de Junho de 2011, para dar um mínimo de um ano de antecedência ao anúncio;*
- (ii) fasear os trabalhos de modo a reduzir o tempo de encerramento integral dos referidos núcleos da BNP.*

Ao solicitarem "uma reconsideração do plano de transferência", os peticionários partem do princípio de que:



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

- Os casos concretos de dificuldades resultantes do encerramento não podem ser supridos por diálogo de cada utilizador com a BNP, nos cinco meses que antecedem o encerramento da Leitura Geral; ou posteriormente, noutras bibliotecas.

Sobre estes aspectos, e para além do que já é referido no ponto 1.3, é relevante considerar o conjunto de acções que a BNP tem vindo a desenvolver no sentido de minimizar os inconvenientes do encerramento temporário para os leitores, que adiante se descreve no ponto 3;

- As dificuldades só podem ser resolvidas por alteração dos prazos e metodologia dos trabalhos da fase de remodelação da Torre de Depósitos.

Neste aspecto, é evidente nos fundamentos da Petição o desconhecimento da matéria que seria relevante, embora essa informação tenha estado sempre publicamente disponibilizada no portal da BNP.

2.1. Solicitação de "se atrasar o encerramento da BNP para depois de Junho de 2011, para dar um mínimo de um ano de antecedência ao anúncio"

Esta pretensão não é compatível com o prazo da obra contratada, que é, no total, de 1020 dias. O prazo da obra foi determinado em função da programação plurianual do Programa de Investimento e Desenvolvimento da Administração Central do Estado (PIDDAC).

Prolongar o prazo contratado da obra, visado pelo Tribunal de Contas, sem ser por motivo imputável ao adjudicatário, acarretaria custos adicionais incompatíveis que não são justificados pelos fundamentos da Petição.

Adicionalmente, paralisaria o investimento já efectuado, e contribuiria para acentuar a degradação da Torre de Depósitos existente, construída entre 1956 e 1961, cujos sistemas eléctrico, de refrigeração, de segurança e das condições de funcionamento em geral, se encontram próximo do colapso, com avarias quase diárias nos mecanismos de controlo, de transporte (elevadores e montalivros) e canalizações, existindo o elevado risco de ocorrer uma falência múltipla de sistemas que, nesse caso, inviabilizaria totalmente o funcionamento da Sala de Leitura Geral por um período indeterminado. Conforme clarificado e explicado no ponto 1.4, não foi tecnicamente possível comunicar o encerramento com maior antecedência. No entanto, não só o encerramento foi planeado para ocorrer da forma faseada possível, (3 fases, por esta ordem: Coleções com menor leitura, a 01 de Outubro; restantes coleções do Fundo geral, a 15 de Novembro; e Reservados a 01 de Abril de



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

2010) como também a BNP encetou todo um conjunto de acções que vão efectivamente minimizar os inconvenientes para os leitores, como se explica no ponto 3.

Refira-se que, de todos os pedidos de apoio especial até ao momento apresentados por investigadores com necessidades inadiáveis coincidentes com o período de encerramento, ainda não foram detectadas situações que a BNP não possa resolver.

2.2. Solicitação de se "fasear os trabalhos de modo a reduzir o tempo de encerramento integral dos referidos núcleos da BNP"

A natureza das intervenções - que exigem que os pisos da Torre de Depósitos estejam vazios, que obrigam à utilização das próprias salas de leitura para armazenamento temporário de colecções, e em que os sistemas a remodelar são globais e verticais a toda a Torre - não permite uma execução faseada dos trabalhos, como a que é sugerida.

Com efeito, a intervenção na torre existente contempla trabalhos de várias especialidades de que se destacam:

- a remoção e substituição de todas as instalações eléctricas (iluminação, tomadas, detecção de incêndios, detecção de intrusão, numinação de emergência, colunas e quadros eléctricos), incluindo a substituição de toda a tubagem, cabos e equipamentos;
- a remoção de todos os materiais que contêm amianto, incluindo a cobertura, bem como a descontaminação dos respectivos espaços;
- a montagem de um novo sistema de AVAC (aquecimento, ventilação, arrefecimento, climatização) abrangendo verticalmente toda a Torre, o que inclui a montagem de condutas, grelhas e equipamentos para climatização, tratamento e despoluição do ar e controlo de temperatura e humidade dos pisos do depósito;
- a montagem de um sistema de ataque a incêndios, constituído por tubagens de água de grande secção ligadas a bocas de incêndio/carreais;
- o seccionamento em vários compartimentos corta-fogo, tanto no sentido horizontal, como vertical;
- a montagem de um sistema de desenfumagem, compreendendo condutas e ventiladores, tendo em conta a compartimentação corta-fogo anteriormente referida; e



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

- *a montagem de um elevador novo e a total remodelação dos montadores existentes.*

Para a execução de todos aqueles trabalhos, torna-se necessário ter os pisos livres, não só por razões de operacionalidade, mas também de segurança das colecções: haverá, por um lado, uma diversidade de equipas técnicas das várias especialidades, externas à BNP, a trabalhar nos pisos em simultâneo; e, por outro, a tipologia de obras (desde a remoção de isolamentos de amianto até trabalhos de construção civil, com ocorrência de pó, argamassas, pinturas, etc.) também não é compatível com a presença das colecções.

Acresce que as obras de remodelação acima descritas implicam a abertura de 13 novos duetos verticais que atravessam cada um dos 13 pisos, para a passagem das infra-estruturas técnicas, o que significa que a intervenção não pode ser efectuada piso a piso, mas que terá que ser realizada em continuidade, com o conjunto de pisos vazios.

Ainda, sendo os sistemas técnicos objecto da remodelação global em toda a Torre, com componentes centrais comuns, os mesmos não podem ser desactivados e implementados por parcelas e em fases diferenciadas.

Por último, sublinhe-se que se trata de remodelar totalmente um edifício com 13 andares, 100 metros de comprimento, 39 metros de altura e 15 de largura, dotado de um complexo e vasto conjunto de sistemas do mais diverso tipo.

3. Medidas de minimização do impacto do encerramento temporário

Diversas medidas têm vindo a ser tomadas pela BNP no sentido de atenuar os efeitos no encerramento temporário, as quais visam antecipar e colmatar tanto quanto possível as necessidades de utilizadores com compromissos inadiáveis e coincidentes com o período de encerramento.

3.1. Coordenação com a Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT)

Decorreram contactos entre a BNP e a FCT no sentido de se prepararem acções para minimização das consequências do encerramento temporário parcial de serviço de leitura da BNP. Em resultado, foram as seguintes as principais acções:



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

- *Comparação das bases de dados de bolseiros FCT e de leitores da BNP, para identificação dos actuais bolseiros com cartão de leitor da BNP. Foram identificados 547 bolseiros.*
- *Comunicação de 2 de Agosto da FCT a todos os bolseiros e investigadores financiados pela FCT (leitores da BNP ou não) sobre a linha de apoio criada na BNP para minimizar os inconvenientes do encerramento.*
- *Concessão, por parte da FCT à BNP, de seis bolsas de formação de técnico de investigação (BTI) com a duração de 12 meses, para reforço das actividades de atendimento, pesquisa e reproduções na BNP e em bibliotecas com acordo de colaboração com a BNP no âmbito do encerramento parcial de serviços de leitura. O concurso para atribuição das bolsas foi publicitado em 2 de Setembro de 2010, no sítio EraCareers e no portal da BNP, encontrando-se em fase de conclusão.*

3.2. Coordenação com outras bibliotecas

No sentido de preparar as condições para facilitar a utilização de bibliotecas alternativas pelos portadores de cartão de leitor da BNP, esta instituição encetou contactos com diversas bibliotecas, tendo já sido estabelecidos vários acordos, designadamente com as seguintes entidades:

- *Academia das Ciências de Lisboa*
- *Biblioteca Central da Marinha*
- *Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian*
- *Biblioteca e Arquivo Histórico Parlamentar da Assembleia da República*
- *Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra (+ 70 bibliotecas da UC)*
- *Câmara Municipal de Lisboa (Hemeroteca Municipal e Rede de Bibliotecas Municipais)*
- *Câmara Municipal do Porto — Departamento Municipal de Bibliotecas*
- *Direcção-Geral de Arquivos (Arquivo Nacional da Torre do Tombo)*
- *Direcção-Geral do Livro e das Bibliotecas (Biblioteca Pública de Évora)*
- *Fundação Oriente*
- *Sociedade de Geografia de Lisboa.*



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Foi também preparado, e está disponível no portal da BNP, um Directório de Bibliotecas com colecções alternativas ao Fundo Geral da BNP nas suas temáticas mais procuradas. Para além da Rede de Bibliotecas do Município de Lisboa, são identificadas e descritas outras 20 bibliotecas, entre universitárias e de academias, sociedades e fundações, com colecções relevantes nas áreas das Artes e Humanidades e Ciências Sociais.

Encontra-se em fase final de conclusão um acordo com uma instituição universitária de referência que disponibilizará os serviços de leitura de duas das suas Faculdades com mais de 600.000 volumes.

3.3. Linha especial de apoio aos investigadores

Em 30.07.2010 a FCT, a pedido da BNP, comunicou a todos os bolseiros e investigadores, a existência da linha de apoio apoio@bnpormgal.pt. Através dessa linha especial de apoio, a BNP disponibilizou-se para analisar e encontrar soluções para cada caso de investigadores com necessidades e compromissos inadiáveis, de modo a que os mesmos não fiquem prejudicados.

À data de 28 de Setembro do corrente ano foram recebidos pedidos de apoio de 34 investigadores, dos quais foram entrevistados 28, que estão já a ser apoiados. O apoio resulta, na prática, em análise das necessidades bibliográficas, concessão de facilidades especiais de consulta continuada intensiva e, quando tal não é viável, pesquisa e localização de colecções alternativas noutras bibliotecas ou, como última alternativa, o fornecimento gratuito de reproduções (fotocópias ou digitalizações).

Até ao momento, não foram detectados casos insólitos ou que representem, para além do incómodo, grave prejuízo para os leitores que contactaram a BNP.”

Os Peticionários foram recebidos em audição na Comissão de Ética, Sociedade e Cultura, a 14 de Outubro de 2010, estando presentes a Deputada Relatora Inês de Medeiros (PS), bem como os Deputados Nuno Encarnação (PSD) e Catarina Martins (BE).

Da referida audição foi elaborado pelos serviços o competente relatório com o seguinte teor:



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Preocupações expressas: Os peticionários reiteraram os termos em que foi elaborada a petição e realçaram a importância de manter o acesso aos fundos de consulta da Biblioteca Nacional de Portugal (BNP), em especial ao fundo dos periódicos, que sofrerá uma intervenção muito mais limitada e não implicará, certamente, a necessidade de encerramento durante 10 meses.

Após darem o exemplo de bibliotecas nacionais de outros países que fizeram intervenções semelhantes sem necessidade de encerrar os seus fundos de consultas, frisaram que os livros anteriores ao depósito legal (1931) não se encontram noutras bibliotecas. Referiram também o facto de não haver uma rede nacional de acesso e pesquisa, existe apenas a PORBASE, que não inclui todas as bibliotecas, pelo que não se sabe que livros existem realmente nas diversas bibliotecas. A própria BNP não sabe qual a totalidade dos livros anteriores a 1931 que se encontram no fundo geral, que tem livros desde o século XVI.

Usaram da palavra os Senhores Deputados Inês de Medeiros (PS), Nuno Encarnação (PSD) e Catarina Martins (BE), para questionar sobre diligências da BNP para tentar solucionar ou minorar os problemas que implica o encerramento do fundo geral e do fundo de periódicos e para solicitar aos peticionários sugestões de solução para o problema que enfrentam.

Responderam os peticionários, explicando que nas suas investigações partem de listas de bibliografia, mas conforme a investigação avança assim essas listas são aumentadas, pelo que nunca sabem quantos e quais os livros que vão necessitar de consultar. Informaram que desde que promoveram a petição, a BNP criou uma linha de apoio ao leitor, possibilitando a entrega de listas de bibliografia, para os livros serem reservados, mas essa é uma solução parcial para o problema. Os próprios peticionários presentes usaram essa linha de apoio, e viram satisfeitos cerca de 80% dos seus pedidos. Neste momento não sabem ao certo quantos investigadores serão afectados pelo encerramento do fundo geral, mas sabem que cerca de 30 já contactaram a linha de apoio ao leitor.

Sugeriram que, uma vez que a sala de depósito dos periódicos não vai beneficiar de obras, mas apenas os seus acessos, se reabrisse a sala de leitura dos periódicos, a qual está encerrada desde 2008, para a sua consulta. Os peticionários alertaram para o facto de a maioria dos investigadores ser bolseiros e mesmo sendo possível alargar o prazo de entrega dos seus trabalhos não há hipótese de alargar o prazo de concessão da bolsa. Sugeriram também que até à data prevista para o



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

encerramento a BNP concentre esforços na digitalização e microfilmagem de obras, de modo a permitir a sua consulta durante o tempo de encerramento do fundo geral.

Os petiçãoários propuseram também o adiamento do encerramento (porque não estão contra o encerramento, sabem que as obras são muito necessárias) para Março ou Abril do próximo ano, para possibilitar que os investigadores se preparem para o tempo em que não terão as obras disponíveis. Realçaram ainda a situação de investigadores estrangeiros que se depararam com o anúncio de encerramento apenas quando chegaram a Portugal e iniciaram os seus trabalhos de consulta. Propuseram ainda que a BNP lance uma nova campanha de sensibilização dirigida a todos os investigadores, a informá-los da linha de apoio ao leitor, a solicitar-lhes que enviem as suas listas de bibliografia o mais rápido possível e a informá-los do que devem fazer.

Finalmente, a relatora agradeceu aos petiçãoários, deu conta que ira solicitar à Fundação para a Ciência e Tecnologia informação sobre o número de investigadores bolseiros afectados pelo encerramento e iria visitar a BNP em breve e informou-os de que, com a brevidade possível, de modo a que o relatório fosse apreciado antes da data prevista para o encerramento da BNP, apresentaria o seu relatório na Comissão de Ética, Sociedade e Cultura, para apreciação.

No seguimento da audição com os petiçãoários, foi enviado ofício à Fundação para a Ciência e Tecnologia, no sentido de se apurar qual o universo de bolseiros que poderia ser afectado pelo encerramento temporário do serviço de leitura da Biblioteca Nacional, tendo essa instituição prestado, no dia 25 de Outubro de 2010, a seguinte informação:

Em resposta ao vosso ofício com a referência n.º 453/13ª/CES/2010, informamos que entre a FCT e a BNP decorreram em Julho passado diversos contactos no sentido de estudar procedimentos para minimizar as consequências do encerramento parcial da Biblioteca para os bolseiros da FCT. Na sequência desses contactos, entre outras medidas, foram identificados quais os bolseiros da FCT que tinham à data cartão de leitor da BNP (547 bolseiros) e enviada uma circular para todos os bolseiros e investigadores directamente financiados pela FCT (cerca de 10300), onde se assegurava a possibilidade de os bolseiros com necessidades de consulta inadiáveis marcarem uma entrevista com responsáveis da BNP, no sentido de a Biblioteca poder vir a reservar ou digitalizar todos os livros ou documentos imprescindíveis para o desenvolvimento dos seus trabalhos. A mesma informação foi colocada no sítio Web da BNP.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Temos neste momento conhecimento de que até esta data 42 bolseiros ou investigadores usaram esta linha de apoio, tendo sido resolvidas, sem excepção as suas necessidades bibliográficas.

Posteriormente, na sequência do ofício enviado ao Director-Geral da Biblioteca Nacional de Portugal em 1 de Outubro, solicitando autorização para a Deputada Relatora, acompanhada dos Deputados da XIII Comissão, visitarem as instalações da referida entidade, foi a visita efectuada em 21 de Outubro, para uma melhor avaliação da pertinência e evolução das obras. Estiveram presentes para além da Relatora, os Deputados Nuno Encarnação (PSD) e a Deputada Catarina Martins (BE).

Na ocasião os Srs. Deputados foram recebidos pelo Professor Jorge Couto, Director da Biblioteca Nacional, pela Subdirectora-Geral, Dr^a. Maria Inês Cordeiro, pela Eng. Virgínia Lopes, da Direcção Técnica de Apoio e pelo Eng. Correia Abrantes e pelo Arq. João Pardal Monteiro. Esteve também presente o Chefe de Gabinete do Secretário de Estado da Cultura, Arq. Pinho Lopes.

Foram prestados todos os esclarecimentos pedidos pelos Srs. Deputados referentes às obras de ampliação e remodelação da Torre de Depósitos e consequentes constrangimentos para o normal funcionamento da Biblioteca Nacional, com o encerramento temporário do serviço de leitura, bem como foram prestadas informações acerca das diligências conducentes a minimizar os inconvenientes causados pela interrupção desses mesmos serviços, seguindo-se uma visita à obra, conduzida pelo Arq. João Pardal Monteiro e pelo Eng. Correia Abrantes, responsáveis, respectivamente, pela sua concepção e pelo acompanhamento da sua execução.

Durante a visita foi dado a conhecer aos Deputados presentes todo o tipo de trabalhos de remodelação na Torre de Depósito, tais como:

- A remodelação de todas as instalações eléctricas incluindo a substituição de toda a tubagem, cabos e equipamentos.
- A remoção de todos os materiais que contêm amianto.
- A montagem de um novo sistema de AVAC, incluindo montagem de condutas, grelhas e equipamentos para tratamento e despoluição do ar e controlo de temperatura e humidade dos pisos de depósito.
- A montagem de um sistema de ataque a incêndios.
- O seccionamento em vários compartimentos corta-fogo, tanto no sentido horizontal, como vertical, piso a piso, para além da montagem de respectivo sistema de desenfumagem



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

- A montagem de um novo elevador.
- A total remodelação dos monta-livros existentes.

II – Opinião da Relatora

A relatora começa por salientar a emoção que o anúncio do fecho provisório da sala de Leitura Geral e Sala dos Reservados da Biblioteca Nacional Portuguesa provocou, e, de ver nisso, um sinal do apego que os portugueses têm ao serviço público fornecido por esta instituição.

O número de signatários da petição 82/XI/1ª, muito superior ao número de investigadores que poderão eventualmente ver o seu trabalho perturbado pelo encerramento previsto, bem como o impacto que esse anúncio teve na comunicação social é disso mesmo o reflexo.

Se este relatório tenta responder de forma criteriosa e desapaixonada a todas as questões levantadas pelos peticionários, considera-se, no entanto, que a carga emotiva do tema não deve ser ignorada.

Da audição dos peticionários a relatora quer destacar alguns aspectos que lhe parecem ser os mais relevantes:

- Os peticionários não se opõem a realização das obras que consideram aliás necessárias, reconhecendo ainda o seu carácter de urgência.
- Os peticionários põe em causa a forma como este processo foi gerido por parte da BNP, mas quiseram deixar bem claro que estão conscientes que a suspensão das obras poderia ter custos inoportáveis e não gostariam de arcar com esse ónus. Por isso propõem soluções alternativas ao fecho parcial dos serviços, por um período de dez meses, para que, segundo os mesmos, seja salvaguardado o interesse do leitor.
- Para os peticionários, o que de único existe no espólio da BNP, é a secção de periódicos, sendo muito difícil encontrar soluções alternativas noutras Bibliotecas. A isso acresce o facto da sala de depósito dos periódicos não ser objecto de obras, mas apenas os acessos à mesma. Em consequência e dado o necessário fecho da sala de Leitura Geral, a primeira solução proposta pelos peticionários, passa pela reabertura da sala de consulta de periódicos, que se encontra encerrada desde 2008, de modo que o trabalho científico dos investigadores, que dependa da consulta destes elementos, possa continuar.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

- Os peticionários consideram que a linha de apoio ao leitor foi tardiamente criada pela BNP, mas reconhecem que, uma vez recebidos pelos serviços da mesma, obtiveram satisfação em cerca de 80% das suas necessidades, em termos bibliográficos. No entanto salientam que, dado a natureza do trabalho de investigação, nem sempre é possível estabelecer com antecedência uma lista exaustiva dos elementos que terão que consultar. Consequentemente, pedem que a equipa responsável pelo processo de digitalização e micro-filmagem seja reforçada.
- Os peticionários mencionaram ainda o caso de eventuais investigadores estrangeiros, mas não dispunham de dados concretos em relação ao número exacto dos que poderiam vir a ser prejudicados.
- Uma das suas maiores preocupações prende-se com o não prolongamento das bolsas da FCT, caso os investigadores sejam, obrigados a alongar o prazo de entrega dos seus trabalhos por não terem acesso a documentação necessária.

Após a audição dos peticionários e para uma melhor avaliação do conjunto de circunstâncias, condicionalismos e implicações subjacentes ao encerramento previsto para o dia 15 de Novembro, foi solicitado à BNP uma visita acompanhada pelos técnicos responsáveis das obras já em curso.

Tal como referido anteriormente, nessa visita estiveram presentes a Deputada Relatora e os Deputados Catarina Martins e Nuno Encarnação.

Dessa visita e consequente troca de impressões com os responsáveis da BNP e técnicos responsáveis pela obra, bem como das informações fornecidas pelo Ministério da Cultura, a relatora gostaria de salientar os seguintes aspectos:

- Durante a visita foi possível confirmar a importância da abertura dos 13 novos duetos verticais que atravessam cada um dos 13 pisos, para a passagem das infra-estruturas técnicas – sistemas eléctricos, anti-intrusão, anti-incêndio, refrigeração, controlo das condições de temperatura e humidade.

A relatora pôde constatar que esta fase dos trabalhos de remodelação no edifício existente implica que os 13 pisos estejam totalmente devolutos.

O carácter de urgência destas intervenções para o garante da segurança futura das obras em depósito, também ficou bem patente. A relatora não pode deixar até de considerar incompreensível que se tenha convivido durante tanto tempo com semelhante risco de incêndio.

Em consonância com a preocupação de uma maior segurança, considera-se fundamental a actual construção de uma casa forte, onde será depositado o que de mais precioso existe no espólio da BNP.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Convém ainda aqui lembrar que à falta de segurança do espólio acrescia a falta de segurança dos trabalhadores da BNP que conviviam com infra-estruturas onde era conhecida a presença de amianto.

Para a relatora tornou-se evidente, dado a amplitude dos trabalhos em curso, que a manutenção ainda que parcial do espólio da BNP, era incompatível com os trabalhos de melhoramento da Torre de Depósito. Não sendo possível garantir a segurança física das obras em depósito, pela permanência de pessoal estranho à BNP e pelas consequências das actividades a desenvolver (remoção do isolamento com componentes de amianto, existência de água de argamassas, pó, tintas, etc...) susceptíveis de provocar danos irreparáveis no acervo bibliográfico, é pois facilmente compreensível a necessidade de esvaziamento total dos pisos a remodelar.

Conviria também lembrar que a entrega dos pisos devolutos exige o empacotamento da documentação, o que implica em termos de peso e volume:

- O manuseamento de um volume de cerca de 2.500.000 de livros/documentação que ocupam actualmente cerca de 48.000 metros lineares de estante.
 - O acondicionamento e transporte da documentação em cerca de 15.000 caixas (80x50x32 cm), com um peso médio de 80 kg cada.
- Segundo a BNP, as operações de empacotamento, fecho, identificação e controlo, transporte e arrumação das caixas no destino implicam:
 - Uma equipa de 18 pessoas/dia para o acondicionamento da documentação de uma média de 200 caixas/dia.
 - Uma equipa mínima de seis pessoas para o transporte e arrumação das caixas no local de destino.
 - Um total de 120 dias para a duração da operação.
 - Para o retorno da documentação aos depósitos e sua arrumação, até à total reoperacionalização dos serviços de leitura, estima-se um acréscimo de 30% de recursos humanos.

Ainda, segundo a BNP e o MC, ao contrário do que foi veiculado, estes livros não vão ser transferidos para a nova Torre, mas deverão retomar o seu lugar de origem, de modo a manter o sistema de classificação existente, pelo que não se pode aqui falar de transferência. A acontecer ela seria provisória, como podemos constatar pelo que acima foi



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

referido, o que representaria um acréscimo muito significativo do tempo de indisponibilidade do acervo da BNP.

- Os Deputados presentes tiveram ainda o cuidado de transmitir à direcção da BNP e aos técnicos responsáveis, as preocupações e sugestões apresentadas pelos peticionários:
 - (i) Em relação à possibilidade de reabertura da sala de leitura dos periódicos, a sub-directora da BNP, Dr^a. Maria Inês Cordeiro, confirmou que esta sala se encontra fechada desde 2008, tendo sido totalmente desactivada. No entanto uma reabertura, ainda que temporária, implicaria obras adicionais, mesmo que superficiais, para garantir as condições mínimas para acolhimento de público. Relembrou também, que o encerramento da sala na altura, já se deveu à falta de condições para um transporte adequado do espólio, neste caso os periódicos.
 - (ii) Quanto ao reforço da equipa para aceleração do processo de digitalização e microfilmagem, os técnicos da BNP confirmaram as informações recebidas do MC, ou seja a criação, em colaboração com a FCT de seis bolsas de formação de técnico de investigação para *“reforço das actividades de atendimento, pesquisa e reproduções na BNP”*, garantindo que este trabalho vai continuar durante todo o período de encerramento. Ressalve-se que, para os investigadores que não virem os seus pedidos atendidos até à data de 15 de Novembro isto não significa que estes não o virão a ser no decurso do tempo de encerramento.
 - (iii) Foi ainda mencionado o caso dos investigadores estrangeiros. Segundo os serviços da BNP, até ao dia da visita apenas um tinha recorrido à linha de apoio ao leitor.
 - (iv) Quanto ao faseamento da obra proposto pelos peticionários, para além de tecnicamente duvidoso, ele poderia significar não só um ainda maior incómodo para os leitores da Biblioteca Nacional, como um alongamento de timing de obra insustentável em termos financeiros.
 - (v) Por fim em relação à crítica feita pelos peticionários sobre a data do anúncio oficial do fecho, a BNP justifica-o lembrando que o projecto das obras de ampliação e remodelação foi encomendado em 1995 e aprovado em 1999, tendo ficado suspenso. Tal projecto só foi retomado no ano de 2006, tendo sido aprovado em 2007 e lançado concurso em 2008, iniciando-se as obras de ampliação no respectivo mês de Outubro. Quanto à oportunidade do anúncio da previsão de passagem à fase de remodelação, só quando foi assegurado o cumprimento do respectivo calendário, face à evolução da obra, pôde a BNP decidir do arranque das obras de remodelação, tendo então o anúncio de encerramento



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

provisório sido publicado, após a contratualização das datas com a empresa responsável pelas obras.

Tendo o anúncio sido publicado a 8 de Junho, segundo a BNP, tal significa:

- mais de 5 meses de antecedência, relativamente ao fecho da sala de Leitura Geral;
- 10 meses de antecedência relativamente ao fecho da Sala de Reservados, que encerra apenas por 5 meses.
- Para além disso, a BNP relembra também o esforço que tem feito para manter os seus leitores sistematicamente informados do andamento dos trabalhos através do seu site.

Como conclusão, a relatora não pode não ser sensível às inquietações expressas pelos peticionários, mas reconhece, tal como os próprios, o carácter necessário e de urgência destas obras. Elas representam um inegável melhoramento para a Biblioteca Nacional. Do mesmo modo, reconhece-se os esforços feito pela BNP para minimizar os inconvenientes causados pela interrupção de alguns dos serviços prestados por esta instituição aos seus leitores, nomeadamente, os esforços de coordenação feitos com outras bibliotecas e instituições.

Importa ainda lembrar que o serviço de referência da BNP, continuará aberto, de modo a assegurar a leitura da colecção de microfimes, que inclui conteúdos, quer do Fundo Geral, quer de Reservados.

É de assinalar a delicada questão do eventual não prolongamento da bolsa nos casos em que, comprovadamente, o investigador se veja impedido de cumprir os prazos previstos para entrega de tese, sendo que a solução dessa questão não depende da BNP.

Finalmente, a relatora considera ainda que, particularmente em relação ao trabalho dos investigadores, a BNP, para além das medidas de atendimento personalizado, que até agora se vêm revelando satisfatórias, mostrou total disponibilidade para estudar, pontualmente, soluções outras quando não seja de todo possível arranjar alternativas.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

PARECER

A Comissão de Ética, Sociedade e Cultura é do seguinte **Parecer**:

- 1- A Assembleia da República regista os esforços entretanto desenvolvidos pela Biblioteca Nacional para minimizar, em diálogo com os interessados, os inconvenientes provocados pela realização das obras, em particular no que respeita aos trabalhos de investigação em curso e que atempadamente lhe foram sinalizados.
- 2- A Assembleia da República sugere à Biblioteca Nacional a disponibilização de recursos humanos temporariamente libertos das suas funções pelas obras em curso, para reforço da sua capacidade de resposta aos investigadores.
- 3- Deve a petição n.º 82/XI/1ª ser publicada no Diário da Assembleia da República, em cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 26.º da LDP.
- 4- Deve o presente relatório ser publicado no Diário da Assembleia da República, em cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 26.º da LDP.
- 5- Deve a Comissão de Ética, Sociedade e Cultura, dar conhecimento do presente relatório aos peticionários, bem como aos membros o Governo responsáveis pelos sectores da Cultura e do Ensino Superior e Ciência, de acordo com o disposto nos artigos 8.º e 19.º da LDP.

Assembleia da República, 10 de Novembro de 2010

A Deputada Relatora

(Inês de Medeiros)

O Presidente da Comissão

(Luís Marques Guedes)



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

IV - ANEXOS

O presente Relatório faz-se acompanhar da Petição que lhe deu origem, da respectiva Nota de Admissibilidade, bem como dos demais ofícios e documentação a ele respeitantes.

PETIÇÃO Nº 82 / XI/1^A



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO PARLAMENTAR DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

Inscrição de Petição
Presidente da R., à DA C PI
retribuição da petição à BSE
emmm.

10.07.15
h-jan

365969

Exmo. Senhor
Presidente da Assembleia da República
Dr. Jaime Gama

030108

10.07.15

Of. nº 298/8ª-CEC/2010

15.Julho.2010

Senhor Presidente,

Por despacho de Vossa Excelência datado de 20 de Julho de 2010, foi recebida nesta Comissão uma Petição "Contra o Encerramento da Biblioteca Nacional de Portugal (BPN)".

Assim, e atento ao seu objecto, permito-me informar que a Biblioteca Nacional de Portugal é tutelada pelo Ministério da Cultura, que se integra no âmbito das competências de acompanhamento e fiscalização da Comissão Parlamentar de Ética, Sociedade e Cultura, considerando, salvo melhor opinião, que esta possa ser remetida àquela Comissão.

Com a expressão dos meus melhores cumprimentos, *personais,*

DIVISÃO DE APOIO ÀS COMISSÕES	
COMISSÃO DE ÉTICA, SOCIEDADE E CULTURA	
CESC	
Nº ÚNICO	<u>365969</u>
ENTRADA/SERIE Nº	<u>404</u> DATA <u>16,07,2010</u>

Luiz

Luiz Fagundes Duarte
Presidente

Por determinação de Sua Excelência o
Presidente da A.R. à DAC
2/a 8ª Comissão

10.07.09

hmb

A Sua Excelência o Presidente da Assembleia da República

Dr. Jaime Gama

Assunto:

Petição Contra o Encerramento da BNP

No passado dia 8 de Junho de 2010 a direcção da Biblioteca Nacional de Portugal [BNP] anunciou que os serviços de Leitura Geral da Biblioteca encerrarão durante dez meses (de 15-11-2010 a 01-09-2011) e os Reservados durante cinco meses (01-04-2011 a 01-09-2011). Como cidadãos e utilizadores da BNP, embora conscientes das inequívocas vantagens inerentes à ampliação do edifício de depósitos da biblioteca, consideramos o planeamento dos trabalhos estipulado inaceitável e solicitamos que seja repensado.

O encerramento durante quase um ano de uma instituição que detém colecções sem alternativas (Secção de Reservados, espólios do Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea, Secção de Periódicos por exemplo) é incompatível com o prosseguimento da actividade científica de largas dezenas de estudantes e investigadores que necessitam desse material.

A indisponibilização dos acervos da BNP comprometerá a viabilização de projectos em curso, muitos deles com financiamento do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior ou de outras instituições, e porá em causa o cumprimento de calendários e compromissos académicos estabelecidos. O encerramento de uma instituição como a Biblioteca Nacional teria, no mínimo, que ser publicamente comunicado com um ano de antecedência para que as várias partes envolvidas (universidades, instituições de financiamento, estudantes, investigadores) pudessem planear o seu trabalho em função desses dados. É inadmissível que uma determinação deste género seja comunicada apenas com cinco meses de antecedência.

Por outro lado, acreditamos que seja possível levar a cabo os trabalhos de transferência dos fundos de forma faseada, de modo a evitar um encerramento integral tão longo. Independentemente de existirem outras bibliotecas com Depósito Legal, é do conhecimento geral que para uma parte substancial do acervo bibliográfico e documental da BNP não existem alternativas nem em Lisboa nem em nenhuma outra biblioteca ou arquivo do país. Pelo que é absolutamente incompreensível que se proponha que este acervo único permaneça inacessível durante 10 meses.

Solicitamos pois que se proceda a uma reconsideração do plano de transferência, no sentido de:

- 1) se atrasar o encerramento da BNP para depois de Junho de 2011, para dar um mínimo de um ano de antecedência ao anúncio;
- 2) fasear os trabalhos de modo a reduzir o tempo de encerramento integral dos referidos núcleos da BNP.

Lisboa, 07 de Julho de 2010

Os Peticionários

Assembleia da República
Gabinete do Presidente
N.º de Acto 364896
Classificação
15/01/11
Data
10/07/08

Assembleia da República
Divisão de Apoio às Comissões
15/01/11
N.º de Acto 364896
10/07/08



Comissão de Ética, Sociedade e Cultura

PETIÇÃO Nº 82/XI/1ª

NOTA DE ADMISSIBILIDADE

INICIATIVA: Mariana Galindo e outros.

ASSUNTO: Solicitam que o encerramento para obras da Biblioteca Nacional de Portugal seja adiado, de modo a que o aviso desse encerramento seja feito com pelo menos um ano de antecedência, para permitir planear o trabalho das várias partes envolvidas (universidades, instituições de financiamento, estudantes, investigadores)

1. A presente petição entrou na Assembleia da República a 8 de Julho de 2010 e foi remetida à Comissão de Educação e Ciência pelo Senhor Presidente da Assembleia da República no dia seguinte, a qual, considerando que a tutela da Biblioteca Nacional de Portugal pertence ao Ministério da Cultura, solicitou que a petição fosse reencaminhada para a Comissão de Ética, Sociedade e Cultura, para apreciação, o que veio a acontecer a 15 de Julho.

2. A referida petição foi numerada com o nº 82/XI/1ª, e é subscrita por um total de 3568 cidadãos.

3. Os peticionários, tendo tido conhecimento em 8 de Junho de 2010 de que a Biblioteca Nacional de Portugal (BNP) iria encerrar os seus serviços de Leitura Geral durante dez meses e os Reservados durante cinco meses, a partir de 15 de Novembro de 2010, vêm solicitar que esse encerramento seja adiado para depois de Junho de 2011, para que exista um período mínimo de um ano entre o anúncio e o encerramento.

4. Argumentam os peticionários que tal encerramento “é incompatível com o prosseguimento da actividade científica de largas dezenas de estudantes e investigadores que necessitam” do material depositado nas secções referidas. Afirmam ainda que muitos dos projectos em curso, que ficam inviabilizados por esse encerramento, têm financiamento do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior ou de outras instituições e os estudantes e investigadores em causa ficam impossibilitados de cumprir calendários e compromissos académicos estabelecidos.

5. Os peticionários acreditam também que é possível reduzir o tempo de encerramento integral através de uma transferência faseada dos fundos em causa,



Comissão de Ética, Sociedade e Cultura

uma vez que “para uma parte substancial do acervo bibliográfico e documental da BNP não existem alternativas nem em Lisboa nem em nenhuma outra biblioteca ou arquivo do país”.

6. O objecto da petição encontra-se especificado, estando presentes os requisitos formais e de tramitação constantes dos artigos 9.º e 17.º da Lei nº 43/90, de 10 de Agosto – Exercício do Direito de Petição -, na redacção dada pelas Leis nºs 6/93, 15/2003 e 45/2007, respectivamente, de 1 de Março, 4 de Junho e 24 de Agosto.

7. Assim, propõe-se a **admissão** da presente petição e, considerando as pretensões dos peticionários, propõe-se ainda que se solicitem informações adicionais ao Ministério da Cultura.

9. Acresce ainda que, nos termos do nº 1 do artigo 21.º e da alínea a) do nº 1 do artigo 26.º da Lei do Exercício do Direito de Petição, a Petição nº 82/XI/1ª deverá ser publicada em Diário da Assembleia da República e proceder-se à audição obrigatória dos peticionários.

Palácio de S. Bento, 15 de Setembro de 2010

A Assessora

Luísa Colaço



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Gabinete do Ministro dos Assuntos Parlamentares

Ofº nº 8486/MAP - 6 Outubro 2010

1. À Sra. Deputada
Relatora.
2. Distribua-se.

Luís Marques Guedes
10.10.9

Exmo. Senhor
Presidente da Comissão de
Ética, Sociedade e Cultura
Deputado Luís Marques Guedes

Assunto: Petição n.º 82/XI/2010 – Solicitam que o encerramento para obras de Biblioteca Nacional de Portugal seja adiado, de modo a que o aviso desse encerramento seja feito com pelo menos um ano de antecedência, para permitir planear o trabalho das várias partes envolvidas (Universidades, instituições de financiamento, estudantes, investigadores).

Em resposta ao vosso ofício n.º 421/13.^a – CESC/2010, de 16 de Setembro, encarrega-me o Ministro dos Assuntos Parlamentares de junto enviar, cópia do ofício n.º 2689, de 4 de Outubro do Gabinete da Ministra da Cultura, respeitante ao assunto em epígrafe.

Com os melhores cumprimentos,

O Chefe do Gabinete

André Miranda
André Miranda

DIVISÃO DE APOIO ÀS COMISSÕES COMISSÃO DE ÉTICA, SOCIEDADE E CULTURA CESC	
Nº ÚNICO	373341
ENTRADA/Nº	505 DATA 07/10/2010

GABINETE DO MINISTRO
DOS ASSUNTOS PARLAMENTARES
Entrada N.º 8054
Processo N.º 06/10/2010



MINISTÉRIO DA CULTURA

0410*10 02689

Gabinete da Ministra

Proc.º 01.02.01 (CESC)

Exmo. Senhor

Chefe do Gabinete de Sua Excelência o

Ministro dos Assuntos Parlamentares

Dr. André Miranda

Palácio de S. Bento

1249-068 Lisboa

Assunto: Petição n.º 82/XI/2010 - “Solicitam que o encerramento para obras da Biblioteca Nacional de Portugal seja adiado, de modo a que o aviso do encerramento seja feito com pelo menos um ano de antecedência, para permitir planear o trabalho das várias partes envolvidas (Universidades, instituições de financiamento, estudantes, investigadores).”

Caro Senhor,

Encarrega-me Sua Excelência a Ministra da Cultura de, em referência ao ofício n.º 7939/MAP, de 16/07/2010, em resposta ao solicitado pelo Senhor Presidente da Comissão de Ética, Sociedade e Cultura, dispor o seguinte:

1. Ponto prévio: Sobre os fundamentos da Petição

Neste ponto prévio, compete clarificar um conjunto de omissões, imprecisões e pressupostos incorrectos que estão patentes no texto que precede a Petição e nos quais os peticionários a fundamentam.



MINISTÉRIO DA CULTURA

Gabinete da Ministra

A obra de ampliação, iniciada em 2008, está em fase de acabamento e nunca afectou, nem vai afectar, nenhum serviço de acesso público da BNP.

1.2. Clarificação sobre os trabalhos que justificam o tempo de encerramento

As verdadeiras razões que explicam a necessidade de ter as colecções indisponíveis pelo período anunciado radicam nas exigências dos trabalhos da fase de Remodelação da Torre de Depósitos existente. Essas exigências - designadamente o facto de serem obras que só se podem realizar com os pisos completamente devolutos - assim como os objectivos, metodologia, tempos de execução e descrição de todos os trabalhos inerentes à remodelação, encontram-se detalhadamente descritos nos textos produzidos pela BNP “Perguntas Frequentes” e “Esclarecimento Adicional”, amplamente difundidos. Essas explicações, que justificam o período de encerramento, são ignoradas no texto da Petição.

Com base na premissa errónea de que se trata de uma “transferência”, os peticionários dizem acreditar “que seja possível levar a cabo os trabalhos de transferência dos fundos de forma faseada, de modo a evitar um encerramento integral tão longo”.

Por partirem da premissa errada de que se trata de uma “transferência”, o juízo dos peticionários sobre a duração do encerramento, face aos trabalhos a realizar, é vago e revela desconhecimento do processo em causa.

1.3. Clarificação sobre as alternativas à BNP

Os peticionários referem “que para uma parte substancial do acervo bibliográfico e documental da BNP não existem alternativas nem em Lisboa nem em nenhuma outra biblioteca ou arquivo do país”, considerando as colecções da BNP um “acervo único”.



MINISTÉRIO DA CULTURA

Gabinete da Ministra

Neste aspecto, é essencial clarificar que o acervo que ficará indisponível por 9 meses e meio é o Fundo Geral da BNP, constituído por publicações impressas, tanto de bibliografia antiga como de depósito legal. A BNP só é insubstituível numa parcela reduzida, no que respeita a obras impressas raras, que se encontram, essencialmente, na colecção de Reservados.

No que respeita ao livro impresso antigo, e também dos séculos XIX e XX, existe uma larga diversidade de instituições com importantes colecções, quer na área de Lisboa quer fora dela. Embora não exista outra colecção tão extensa como a da BNP, nem a BNP é única nem detém todas as obras, havendo mesmo exemplares que só existem noutras bibliotecas.

Só não existe alternativa no que respeita a manuscritos, existentes nas colecções de Reservados, o que inclui o Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea (ACPC). Dos impressos portugueses, apenas os extremamente raros têm a grande probabilidade de não existir noutro local. Mas de muitos deles, aliás como de muitos dos mais importantes manuscritos e espólios, existem cópias na Biblioteca Nacional Digital (<http://purl.pt>) ou em microfiches, que continuarão acessíveis durante o encerramento de serviços de leitura.

No que respeita a obras mais recentes, refira-se que de todas as obras publicadas em Portugal e recebidas na BNP por depósito legal, existem exemplares que, desde há décadas, são entregues pela BNP num conjunto de instituições beneficiárias do depósito legal em diversos locais do continente e nas regiões autónomas.

1.4. Clarificação sobre a antecedência do anúncio do encerramento

A Obra de Ampliação e Remodelação da Torre de Depósitos da BNP foi consignada em Outubro de 2008. Em Novembro de 2009, estava ainda por completar a estrutura da zona de



MINISTÉRIO DA CULTURA

Gabinete da Ministra

ampliação e seguia, a meio de execução, o trabalho de alvenaria de tijolo. Ou seja, encontrava-se sensivelmente a 50% de execução a obra de ampliação, o que tornava prematuro qualquer anúncio da previsão de passagem à fase de Remodelação.

Face à evolução da obra, no primeiro semestre de 2010 negociou-se com a empresa adjudicatária o calendário de entrega e recepção dos pisos a remodelar e estudaram-se as várias hipóteses de operações logísticas, que cabem à BNP, relativas à movimentação das colecções, o que ficou concluído no final de Maio.

O anúncio foi publicado a 8 de Junho, o que significa: (i) mais de cinco meses de antecedência, relativamente ao fecho da Sala de Leitura Geral; e (ii) dez meses de antecedência relativamente ao fecho da Sala de Reservados, que encerra apenas por cinco meses.

Essa antecedência possibilita aos leitores planear antecipadamente e executar as suas actividades mais urgentes relacionadas com essas colecções, e/ou apresentar à BNP casos concretos de necessidades não passíveis de ser supridas nesses prazos, designadamente face a teses e projectos com financiamento, de forma a procurarem-se soluções.

Alguns investigadores solicitaram pessoalmente mais esclarecimentos, que lhes foram prestados, mas não se tratava de teses ou projectos com prazos. Apenas foram apresentadas à BNP dois protestos escritos sobre o fecho do serviço de leitura, que foram atempadamente respondidas. Nenhuma delas, contudo, apresentava uma necessidade ou dificuldade concreta a ser resolvida.



MINISTÉRIO DA CULTURA

Gabinete da Ministra

O aviso público, renovado e acrescentado com informações adicionais (em 15.06, 25.06 e 30.07) e notas à Comunicação Social (de 11.06, 25.06 e 02.08), constitui apenas a primeira iniciativa destinada a alertar os leitores.

Desde então a BNP tem desenvolvido um alargado conjunto de diligências em articulação com universidades, bibliotecas e instituições culturais e científicas no sentido de minimizar os problemas advenientes do encerramento temporário da Sala de Leitura Geral, conforme se explica no ponto 3.

2. Solicitações apresentadas na Petição

A Petição solicita “uma reconsideração do plano de transferência”, no sentido de:

- (i) se atrasar o encerramento da BNP para depois de Junho de 2011, para dar um mínimo de um ano de antecedência ao anúncio;
- (ii) fasear os trabalhos de modo a reduzir o tempo de encerramento integral dos referidos núcleos da BNP.

Ao solicitarem “uma reconsideração do plano de transferência”, os peticionários partem do princípio de que:

- Os casos concretos de dificuldades resultantes do encerramento não podem ser supridos por diálogo de cada utilizador com a BNP, nos cinco meses que antecedem o encerramento da Leitura Geral; ou posteriormente, noutras bibliotecas.

Sobre estes aspectos, e para além do que já é referido no ponto 1.3, é relevante considerar o conjunto de acções que a BNP tem vindo a desenvolver no sentido de



MINISTÉRIO DA CULTURA

Gabinete da Ministra

minimizar os inconvenientes do encerramento temporário para os leitores, que adiante se descreve no ponto 3;

- As dificuldades só podem ser resolvidas por alteração dos prazos e metodologia dos trabalhos da fase de remodelação da Torre de Depósitos.

Neste aspecto, é evidente nos fundamentos da Petição o desconhecimento da matéria que seria relevante, embora essa informação tenha estado sempre publicamente disponibilizada no portal da BNP.

2.1. Solicitação de “se atrasar o encerramento da BNP para depois de Junho de 2011, para dar um mínimo de um ano de antecedência ao anúncio”

Esta pretensão não é compatível com o prazo da obra contratada, que é, no total, de 1020 dias. O prazo da obra foi determinado em função da programação plurianual do Programa de Investimento e Desenvolvimento da Administração Central do Estado (PIDDAC).

Prolongar o prazo contratado da obra, visado pelo Tribunal de Contas, sem ser por motivo imputável ao adjudicatário, acarretaria custos adicionais in comportáveis que não são justificados pelos fundamentos da Petição.

Adicionalmente, paralisaria o investimento já efectuado, e contribuiria para acentuar a degradação da Torre de Depósitos existente, construída entre 1956 e 1961, cujos sistemas eléctrico, de refrigeração, de segurança e das condições de funcionamento em geral, se encontram próximo do colapso, com avarias quase diárias nos mecanismos de controlo, de transporte (elevadores e monta-livros) e canalizações, existindo o elevado risco de ocorrer uma



MINISTÉRIO DA CULTURA

Gabinete da Ministra

falência múltipla de sistemas que, nesse caso, inviabilizaria totalmente o funcionamento da Sala de Leitura Geral por um período indeterminado.

Conforme clarificado e explicado no ponto 1.4, não foi tecnicamente possível comunicar o encerramento com maior antecedência. No entanto, não só o encerramento foi planeado para ocorrer da forma faseada possível, (3 fases, por esta ordem: Coleções com menor leitura, a 01 de Outubro; restantes coleções do Fundo geral, a 15 de Novembro; e Reservados a 01 de Abril de 2010) como também a BNP encetou todo um conjunto de acções que vão efectivamente minimizar os inconvenientes para os leitores, como se explica no ponto 3.

Refira-se que, de todos os pedidos de apoio especial até ao momento apresentados por investigadores com necessidades inadiáveis coincidentes com o período de encerramento, ainda não foram detectadas situações que a BNP não possa resolver.

2.2.Solicitação de se “fasear os trabalhos de modo a reduzir o tempo de encerramento integral dos referidos núcleos da BNP”

A natureza das intervenções - que exigem que os pisos da Torre de Depósitos estejam vazios, que obrigam à utilização das próprias salas de leitura para armazenamento temporário de coleções, e em que os sistemas a remodelar são globais e verticais a toda a Torre - não permite uma execução faseada dos trabalhos, como a que é sugerida.

Com efeito, a intervenção na torre existente contempla trabalhos de várias especialidades de que se destacam:



MINISTÉRIO DA CULTURA

Gabinete da Ministra

- a remoção e substituição de todas as instalações eléctricas (iluminação, tomadas, detecção de incêndios, detecção de intrusão, iluminação de emergência, colunas e quadros eléctricos), incluindo a substituição de toda a tubagem, cabos e equipamentos;
- a remoção de todos os materiais que contêm amianto, incluindo a cobertura, bem como a descontaminação dos respectivos espaços;
- a montagem de um novo sistema de AVAC (aquecimento, ventilação, arrefecimento, climatização) abrangendo verticalmente toda a Torre, o que inclui a montagem de condutas, grelhas e equipamentos para climatização, tratamento e despoluição do ar e controlo de temperatura e humidade dos pisos do depósito;
- a montagem de um sistema de ataque a incêndios, constituído por tubagens de água de grande secção ligadas a bocas de incêndio/carreiros;
- o seccionamento em vários compartimentos corta-fogo, tanto no sentido horizontal, como vertical;
- a montagem de um sistema de desenfumagem, compreendendo condutas e ventiladores, tendo em conta a compartimentação corta-fogo anteriormente referida; e
- a montagem de um elevador novo e a total remodelação dos monta-livros existentes.

Para a execução de todos aqueles trabalhos, torna-se necessário ter os pisos livres, não só por razões de operacionalidade, mas também de segurança das colecções: haverá, por um lado, uma diversidade de equipas técnicas das várias especialidades, externas à BNP, a trabalhar nos pisos em simultâneo; e, por outro, a tipologia de obras (desde a remoção de isolamentos de amianto até trabalhos de construção civil, com ocorrência de pó, argamassas, pinturas, etc.) também não é compatível com a presença das colecções.

Acresce que as obras de remodelação acima descritas implicam a abertura de 13 novos ductos verticais que atravessam cada um dos 13 pisos, para a passagem das infra-estruturas técnicas, o que significa que a intervenção não pode ser efectuada piso a piso, mas que terá que ser realizada em continuidade, com o conjunto de pisos vazios.

Ainda, sendo os sistemas técnicos objecto da remodelação global em toda a Torre, com componentes centrais comuns, os mesmos não podem ser desactivados e implementados por parcelas e em fases diferidas.

Por último, sublinhe-se que se trata de remodelar totalmente um edifício com 13 andares, 100 metros de comprimento, 39 metros de altura e 15 de largura, dotado de um complexo e vasto conjunto de sistemas do mais diverso tipo.

3. Medidas de minimização do impacto do encerramento temporário

Diversas medidas têm vindo a ser tomadas pela BNP no sentido de atenuar os efeitos no encerramento temporário, as quais visam antecipar e colmatar tanto quanto possível as necessidades de utilizadores com compromissos inadiáveis e coincidentes com o período de encerramento.

3.1. Coordenação com a Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT)

Decorreram contactos entre a BNP e a FCT no sentido de se prepararem acções para minimização das consequências do encerramento temporário parcial de serviço de leitura da BNP. Em resultado, foram as seguintes as principais acções:



MINISTÉRIO DA CULTURA

Gabinete da Ministra

- Comparação das bases de dados de bolsiros FCT e de leitores da BNP, para identificação dos actuais bolsiros com cartão de leitor da BNP. Foram identificados 547 bolsiros.
- Comunicação de 2 de Agosto da FCT a todos os bolsiros e investigadores financiados pela FCT (leitores da BNP ou não) sobre a linha de apoio criada na BNP para minimizar os inconvenientes do encerramento.
- Concessão, por parte da FCT à BNP, de seis bolsas de formação de técnico de investigação (BTI) com a duração de 12 meses, para reforço das actividades de atendimento, pesquisa e reproduções na BNP e em bibliotecas com acordo de colaboração com a BNP no âmbito do encerramento parcial de serviços de leitura. O concurso para atribuição das bolsas foi publicitado em 2 de Setembro de 2010, no sítio EraCareers e no portal da BNP, encontrando-se em fase de conclusão.

3.2.Coordenação com outras bibliotecas

No sentido de preparar as condições para facilitar a utilização de bibliotecas alternativas pelos portadores de cartão de leitor da BNP, esta instituição encetou contactos com diversas bibliotecas, tendo já sido estabelecidos vários acordos, designadamente com as seguintes entidades:

- Academia das Ciências de Lisboa
- Biblioteca Central da Marinha
- Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian
- Biblioteca e Arquivo Histórico Parlamentar da Assembleia da República



MINISTÉRIO DA CULTURA

Gabinete da Ministra

- Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra (+ 70 bibliotecas da UC)
- Câmara Municipal de Lisboa (Hemeroteca Municipal e Rede de Bibliotecas Municipais)
- Câmara Municipal do Porto – Departamento Municipal de Bibliotecas
- Direcção-Geral de Arquivos (Arquivo Nacional da Torre do Tombo)
- Direcção-Geral do Livro e das Bibliotecas (Biblioteca Pública de Évora)
- Fundação Oriente
- Sociedade de Geografia de Lisboa.

Foi também preparado, e está disponível no portal da BNP, um Directório de Bibliotecas com colecções alternativas ao Fundo Geral da BNP nas suas temáticas mais procuradas. Para além da Rede de Bibliotecas do Município de Lisboa, são identificadas e descritas outras 20 bibliotecas, entre universitárias e de academias, sociedades e fundações, com colecções relevantes nas áreas das Artes e Humanidades e Ciências Sociais.

Encontra-se em fase final de conclusão um acordo com uma instituição universitária de referência que disponibilizará os serviços de leitura de duas das suas Faculdades com mais de 600.000 volumes.

3.3. Linha especial de apoio aos investigadores

Em 30.07.2010 a FCT, a pedido da BNP, comunicou a todos os bolseiros e investigadores, a existência da linha de apoio apoio@bnportugal.pt. Através dessa linha especial de apoio, a BNP disponibilizou-se para analisar e encontrar soluções para cada caso de investigadores com necessidades e compromissos inadiáveis, de modo a que os mesmos não fiquem prejudicados.



MINISTÉRIO DA CULTURA

Gabinete da Ministra

À data de 28 de Setembro do corrente ano foram recebidos pedidos de apoio de 34 investigadores, dos quais foram entrevistados 28, que estão já a ser apoiados. O apoio resulta, na prática, em análise das necessidades bibliográficas, concessão de facilidades especiais de consulta continuada intensiva e, quando tal não é viável, pesquisa e localização de colecções alternativas noutras bibliotecas ou, como última alternativa, o fornecimento gratuito de reproduções (fotocópias ou digitalizações).

Até ao momento, não foram detectados casos insolúveis ou que representem, para além do incómodo, grave prejuízo para os leitores que contactaram a BNP.

Com os melhores cumprimentos,

O Chefe do Gabinete

Rui Santos



COMISSÃO DE ÉTICA, SOCIEDADE E CULTURA

RELATÓRIO DE AUDIÇÃO DE PETICIONÁRIOS

XI LEGISLATURA

2.ª Sessão Legislativa

Dia: 14 de Outubro de 2010

Hora: 14.00

Sala: 8

Entidade: 1.^{os} Peticionários da Petição n.º 82/XI/1.ª (Mariana Galindo, Isabel Corrêa da Silva, Miguel Metelo Seixas, Paulo Silveira e Sousa).

Assunto: Solicitam que o encerramento para obras da Biblioteca Nacional de Portugal seja adiado, de modo a que o aviso desse encerramento seja feito com pelo menos um ano de antecedência, para permitir planear o trabalho das várias partes envolvidas (universidades, instituições de financiamento, estudantes, investigadores).

Recebidos por: Deputados Inês de Medeiros (PS), relatora, Nuno Encarnação (PSD) e Catarina Martins (BE).

Preocupações expressas: Os peticionários reiteraram os termos em que foi elaborada a petição e realçaram a importância de manter o acesso aos fundos de consulta da Biblioteca Nacional de Portugal (BNP), em especial ao fundo dos periódicos, que sofrerá uma intervenção muito mais limitada e não implicará, certamente, a necessidade de encerramento durante 10 meses.

Após darem o exemplo de bibliotecas nacionais de outros países que fizeram intervenções semelhantes sem necessidade de encerrar os seus fundos de consultas, frisaram que os livros anteriores ao depósito legal (1931) não se encontram noutras bibliotecas. Referiram também o facto de não haver uma rede nacional de acesso e pesquisa, existe apenas a PORBASE, que não inclui todas as bibliotecas, pelo que não se sabe que livros existem realmente nas diversas bibliotecas. A própria BNP não sabe qual a totalidade dos livros anteriores a 1931 que se encontram no fundo geral, que tem livros desde o século XVI.

Usaram da palavra os Senhores Deputados Inês de Medeiros (PS), Nuno Encarnação (PSD) e Catarina Martins (BE), para questionar sobre diligências da BNP para tentar solucionar ou minorar os problemas que implica o encerramento do fundo geral e do fundo de periódicos e para solicitar aos peticionários sugestões de solução para o problema que enfrentam.

Responderam os peticionários, explicando que nas suas investigações partem de listas de bibliografia, mas conforme a investigação avança assim essas listas são aumentadas, pelo que nunca sabem quantos e quais os livros que vão necessitar de consultar. Informaram que desde que promoveram a petição, a BNP criou uma linha de apoio ao leitor, possibilitando a entrega de listas de bibliografia, para os livros serem reservados, mas essa é uma solução parcial para o problema. Os próprios peticionários presentes usaram essa linha de apoio, e viram satisfeitos cerca de 80% dos seus pedidos. Neste momento não sabem ao certo quantos investigadores serão afectados pelo encerramento do fundo geral, mas sabem que cerca de 30 já contactaram a linha de apoio ao leitor.

Sugeriram que, uma vez que a sala de depósito dos periódicos não vai beneficiar de obras, mas apenas os seus acessos, se reabrisse a sala de leitura dos periódicos, a qual está encerrada desde 2008, para a sua consulta. Os peticionários alertaram para o facto de a maioria dos investigadores ser bolseiros e mesmo sendo possível alargar o prazo de entrega dos seus trabalhos não há hipótese de alargar o prazo de concessão da bolsa. Sugeriram também que até à data prevista para o encerramento a BNP concentre esforços na digitalização e microfilmagem de obras, de modo a permitir a sua consulta durante o tempo de encerramento do fundo geral.

Os peticionários propuseram também o adiamento do encerramento (porque não estão contra o encerramento, sabem que as obras são muito necessárias) para Março ou Abril do próximo ano, para possibilitar que os investigadores se preparem para o tempo em que não terão as obras disponíveis. Realçaram ainda a situação de investigadores estrangeiros que se depararam com o anúncio de encerramento apenas quando chegaram a Portugal e iniciaram os seus trabalhos de consulta. Propuseram ainda que a BNP lance uma nova campanha de sensibilização dirigida a todos os investigadores, a informá-los da linha de apoio ao leitor, a solicitar-lhes que enviem as suas listas de bibliografia o mais rápido possível e a informá-los do que devem fazer.

Finalmente, a relatora agradeceu aos peticionários, deu conta que ira solicitar à Fundação para a Ciência e Tecnologia informação sobre o número de investigadores bolseiros afectados pelo encerramento e iria visitar a BNP em breve e informou-os de que, com a brevidade possível, de modo a que o relatório fosse apreciado antes da data prevista para



o encerramento da BNP, apresentaria o seu relatório na Comissão de Ética, Sociedade e Cultura, para apreciação.

Palácio de São Bento, em 14 de Outubro de 2010

A Assessora da Comissão

A handwritten signature in black ink, which appears to read "Luísa Colaço". The signature is fluid and cursive, written in a dark ink.

(Luísa Colaço)



FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

*A Sra. Deputada
relatora.
de 10.10.27*

Exmo. Senhor
Dr. Luis Marques Guedes
Presidente da Comissão de Ética, Sociedade e
Cultura
Assembleia da República
Palácio de S. Bento
1249-068 LISBOA

V/referª:
374301 / 453

data:
14.10.2010

N/referª:
Proc.005

Assunto: Encerramento da Biblioteca Nacional Portuguesa

027092 OCT 25'10

Seu Senhor Presidente

Em resposta ao vosso ofício com a referência nº 453/13ª/CES/2010, informamos que entre a FCT e a BNP decorreram em Julho passado diversos contactos no sentido de estudar procedimentos para minimizar as consequências do encerramento parcial da Biblioteca para os bolseiros da FCT. Na sequência desses contactos, entre outras medidas, foram identificados quais os bolseiros da FCT que tinham à data cartão de leitor da BNP (547 bolseiros) e enviada uma circular para todos os bolseiros e investigadores directamente financiados pela FCT (cerca de 10300), onde se assegurava a possibilidade de os bolseiros com necessidades de consulta inadiáveis marcarem uma entrevista com responsáveis da BNP, no sentido de a Biblioteca poder vir a reservar ou digitalizar todos os livros ou documentos imprescindíveis para o desenvolvimento dos seus trabalhos. A mesma informação foi colocada no sítio Web da BNP.

Temos neste momento conhecimento de que até esta data 42 bolseiros ou investigadores usaram esta linha de apoio, tendo sido resolvidas, sem excepção, as suas necessidades bibliográficas.

Com os melhores cumprimentos,

de elevada consideração

O Presidente

João Sentieiro
João Sentieiro

DIVISÃO DE APOIO ÀS COMISSÕES	
COMISSÃO DE ÉTICA, SOCIEDADE E CULTURA	
CESC	
Nº ÚNICO	375834
ENTRADA/Nº	554 DATA 27/10/2010